

ANEXO II

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E A OSCIP _____ (NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)

BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o No 00.000.000/0001-91, doravante denominado **PARCEIRO PÚBLICO**, sediado no SBS Quadra 01 Lote 32 Ed. Sede III — 24º andar, na cidade de Brasília/DF, representado neste ato por _____, brasileiro, CPF _____ e RG x_____/UF, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado) e a _____ (NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO), doravante denominado **PARCEIRO PRIVADO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº _____, qualificada como **OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**, conforme consta do processo MJ nº _____ e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de ____/____/____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/____, neste ato representada na forma de seu estatuto por _____, (brasileiro), CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado) e, quando citados em conjunto, denominados **PARCEIROS**, com fundamento no que dispõem a Lei nº 9.790/1999, o Decreto nº 3.100/1999 e a Lei nº 11.110/2005 que institui no âmbito do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, o PNMP – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE PARCERIA** tem por objeto regular as atividades de prospecção, oferta, contratação, acompanhamento e gerenciamento do MPO – Microcrédito Produtivo Orientado, pelo **PARCEIRO PRIVADO**, em nome do **PARCEIRO PÚBLICO**, nos termos da Lei nº 9.790/1999, da Lei nº 11.110/2005, do Decreto nº 3.100/1999 e do Decreto nº 5.288/2004; das Resoluções nº 4.000/2011, nº 4.152/2012 e nº 4.153/2012, todas do Conselho Monetário Nacional(CMN); da Portaria do Ministério da Fazenda nº 83, de 21.03.2014, do Edital de Concursos de Projetos nº 001/2014 do Banco do Brasil e do Plano de Trabalho, elaborado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, sendo parte integrante deste **TERMO DE PARCERIA (ANEXO I)**.

Parágrafo Primeiro – Conforme a Lei nº 11.110/2005, Art. 1º, § 3º, considera-se MPO o crédito concedido para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, doravante denominadas simplesmente **MICROEMPREENDEDORES** mencionadas no Art. 2º, inciso II, da resolução CMN nº 4.000/2011, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda que:

- I. O atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

- II. O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante a vigência da operação de crédito contratada por ele, para acompanhamento e orientação, visando o melhor aproveitamento e aplicação, bem como o crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- III. O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto naquela Lei.

Parágrafo Segundo – Considera-se operação de microcrédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.152/2012, Art. 2º, § 1º, aquela conduzida com uso de metodologia específica e que inclua:

- I. avaliação dos riscos da operação, levando-se em consideração a necessidade de crédito, o endividamento e a capacidade de pagamento de cada tomador;
- II. análise de receitas e despesas do tomador, nas operações com tomador individual;
- III. mecanismo de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações da instituição.

Parágrafo Terceiro – As operações de MPO a serem contratadas, além de observância às normas da Resolução CMN nº 4.000/2011, deverão apresentar as seguintes características:

Contratação individual - financiamento de capital de giro ou investimentos:

- I. valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.999,99;
- II. prazos:
 - a) Capital de Giro:
 - 1) Pessoa Física: 04 a 06 meses, incluindo neste prazo o período de carência de 30 dias;
 - 2) Pessoa Jurídica: 04 a 12 meses, incluindo neste prazo o período de carência de 30 dias.
 - b) Investimento:
 - 1) Pessoa Física: 04 a 12 meses, incluindo neste prazo o período de carência de 30 dias;
 - 2) Pessoa Jurídica: 04 a 18 meses, incluindo neste prazo o período de carência de 30 dias.
- III. taxa de juros de 0,40% a.m;
- IV. taxa de abertura de crédito - TAC de 1% sobre o valor financiado;
- V. liberação dos créditos, em conta corrente do titular da operação mantida no Banco do Brasil ou em Cartão Pré-Pago, emitido pelo Banco do Brasil e disponibilizado ao tomador dos recursos;
- VI. Garantias: Fidejussórias - Aval.

Contratação com Grupo Solidário - financiamento de capital de giro ou investimentos:

- I. formação do grupo: de 03 a 07 pessoas;
- II. valor mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 2.999,99 por integrante do grupo;
- III. valor máximo por grupo: R\$ 15.000,00;
- IV. a diferença dos empréstimos a serem concedidos aos integrantes do grupo, do maior ao menor valor, será de no máximo 1,5;
- V. prazos:

- a. Capital de Giro:
 - i. Pessoas Física: 04 a 12 meses, incluindo neste prazo o período de 30 dias de carência;
- VI. taxa de juros de 0,40% a.m;
- VII. taxa de abertura de crédito - TAC de 1% sobre o valor financiado;
- VIII. liberação dos créditos, em conta corrente de cada integrante do grupo, mantida no Banco do Brasil, ou em Cartão Pré-Pago, emitido pelo Banco do Brasil e disponibilizado a cada integrante do grupo;
- IX. garantias: sem garantias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, dos prazos para execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados e a previsão de receitas e despesas, na forma do § 2º, do Art. 10, da Lei nº 9.790/1999, além dos procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução das atividades pelo **PARCEIRO PRIVADO**, constam do Plano de Trabalho (**ANEXO I**), elaborado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, sendo parte integrante deste **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Único – Respeitado o previsto no Edital de Concurso de Projetos nº **001/2014** lançado pelo Banco do Brasil, o Plano de Trabalho poderá ser modificado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, por meio de Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações dos **PARCEIROS**, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE PARCERIA**, ou previstos nos normativos aplicáveis:

- I. Do **PARCEIRO PRIVADO**
 - a) executar o Plano de Trabalho (**ANEXO I**), elaborado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, zelando pela boa qualidade das ações e atividades exercidas e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
 - b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **PARCEIRO PÚBLICO** e os normativos aplicáveis à atividade bancária, tais como, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei do Sigilo Bancário, a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e os emitidos pelo CMN – Conselho Monetário Nacional;
 - c) promover treinamento técnico e operacional para todos os empregados envolvidos na execução das atividades previstas no Plano de Trabalho (**ANEXO I**);
 - d) realizar a capacitação dos agentes de microcrédito, de forma a garantir a qualidade na execução das atividades compreendidas no objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, em conformidade com os materiais/manuais didáticos disponibilizados pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, que deverão ser reproduzidos pelo **PARCEIRO PRIVADO** e entregues aos agentes de microcrédito;

- e) manter cadastro dos agentes de microcrédito permanentemente atualizado, contendo os dados sobre o respectivo processo de capacitação, com acesso a consulta pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, quando solicitado;
- f) manter equipe profissional com capacidade técnica para gerenciar a operacionalização das atividades previstas no presente **TERMO DE PARCERIA**;
- g) dispor de infraestrutura e equipamentos de acordo com as especificações constantes do Plano de Trabalho, necessários à execução das atividades objeto deste **TERMO DE PARCERIA**;
- h) realizar visitas de orientação e de acompanhamento aos **MICROEMPREENDEDORES**, durante a vigência das operações de MPO, contratadas, no local onde é exercida a atividade econômica deles, inclusive após o prazo de vigência ou eventual rescisão do presente **TERMO DE PARCERIA**;
- i) realizar levantamento socioeconômico e coleta de informações dos **MICROEMPREENDEDORES** para cálculo de sua capacidade de pagamento, durante as visitas de orientação mencionadas na alínea “h” acima;
- j) realizar avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador dos recursos para definição da necessidade de crédito, visando o crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;
- k) preencher formulários para confecção e atualização de cadastro dos **MICROEMPREENDEDORES** e instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente que lhe for apresentada;
- l) verificar a conformidade das operações contratadas com as leis e regulamentos do PNMPO e as orientações emanadas do **PARCEIRO PÚBLICO**;
- m) registrar no aplicativo disponibilizado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, os dados cadastrais e as propostas de empréstimos de operações MPO dos **MICROEMPREENDEDORES**;
- n) entregar aos **MICROEMPREENDEDORES** os cartões pré-pagos emitidos pelo **PARCEIRO PÚBLICO** para a liberação dos recursos aos tomadores das operações;
- o) manter sob sua guarda, por no mínimo 10 anos após a liquidação, a documentação relativa às operações contratadas, na qualidade de fiel depositário, de que trata o Art. 627 a 646 do Código Civil;
- p) armazenar a documentação relacionada com o objeto deste Termo de Parceria em mobiliário que ofereça as condições de segurança ideais, necessariamente em ambiente segregado e fora da visão de terceiros que por ventura acessem o ambiente principal;
- q) armazenar a documentação e os cartões pré-pagos em ambiente que seja dotado de rigoroso controle de acesso, por exemplo fechadura eletrônica ou restrição de posse de chaves;
- r) apresentar ao **PARCEIRO PÚBLICO**, quando solicitado, informações sobre as condições e sistemas de segurança, do ambiente operacional, onde serão armazenados os documentos relativos às operações de MPO contratadas e os cartões pré-pagos;
- s) manter contato com os **MICROEMPREENDEDORES** que contrataram operações de MPO, durante toda a vigência do contrato, acompanhando-os e orientando-os sobre o melhor aproveitamento e aplicação do crédito tomado;

- t) acompanhar os vencimentos das parcelas dos contratos firmados com os **MICROEMPREENDEDORES** de forma a manter sob controle a adimplência dos empréstimos e financiamentos concedidos;
- u) auxiliar o **PARCEIRO PÚBLICO** nas atividades de controle e acompanhamento das operações contratadas e das operações inadimplidas;
- v) responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, inclusive os decorrentes de demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- w) preservar a confidencialidade, por si e pelos empregados ou prepostos, de quaisquer informações confidenciais recebidas, sejam as constantes neste instrumento, aditivos, anexos e quaisquer outros documentos que venham a ser vinculados, especialmente no que concerne às metas, valores, dados trocados entre os **PARCEIROS** e informações dos tomadores de crédito, na vigência e mesmo após o término da vigência do presente **TERMO DE PARCERIA**;
- x) preservar o sigilo bancário das operações que acompanhar, conforme o disposto na Lei Complementar nº 105/2001;
- y) implementar controles internos específicos que devem estar sujeitos à revisão anual por parte de auditoria;
- z) permitir ao **PARCEIRO PÚBLICO** a realização de diligências com o objetivo de verificar a execução e a adequação das atividades objeto deste **TERMO DE PARCERIA**;
- aa) manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante todo o período de vigência do **TERMO DE PARCERIA**, assim como todas as condições exigidas no Edital nº 001/2014;
- bb) apresentar ao **PARCEIRO PÚBLICO**, no término do prazo de validade de cada certidão e dos documentos probatórios, os comprovantes devidamente atualizados;
- cc) manter conta de depósitos específica no Banco do Brasil S.A., exclusivamente para receber e movimentar os recursos financeiros oriundos deste **TERMO DE PARCERIA**, como forma de viabilizar o relacionamento entre os **PARCEIROS**;
- dd) manter-se habilitado no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego para atuar diretamente no PNMPO, nos termos do Art. 4º, § 1º, da Resolução CMN nº 4.000/2011, durante a vigência do presente **TERMO DE PARCERIA**;
- ee) indicar pelo menos um dentre seus dirigentes, que será responsável pela boa administração e gestão da execução do objeto do presente Termo de Parceria, cujo nome constará do extrato deste instrumento a ser publicado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, conforme modelo consignado no Anexo I, do Decreto nº 3.100/ 1999;
- ff) preencher o extrato de execução física e financeira, referido no Art. 10, § 2º, inciso VI, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e publicá-lo na imprensa oficial da área de abrangência do projeto a ser executado ao amparo deste **TERMO DE PARCERIA**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício financeiro, de acordo com o modelo constante no Anexo II, do Decreto nº 3.100/99;
- gg) apresentar ao **PARCEIRO PÚBLICO**, ao término de cada exercício financeiro, relatório sobre a execução do objeto do **TERMO DE PARCERIA**, contendo comparativo específico das metas postas com os resultados alcançados, acompanhado de prestações de contas dos gastos e receitas

efetivamente realizados, observado o disposto no Art. 12, do Decreto nº 3.100/1999;

- hh) não utilizar os recursos transferidos pelo **PARCEIRO PÚBLICO** em gastos vedados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- ii) Encaminhar, mensalmente, ao **PARCEIRO PÚBLICO**, Pedido de Ressarcimento de Despesas, contendo todas as informações relacionadas no Parágrafo Quarto da **CLÁUSULA QUARTA**, acompanhado dos documentos que comprovem a efetivação daquelas despesas.

II. Do **PARCEIRO PÚBLICO**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução deste **TERMO DE PARCERIA**, de acordo com o Plano de Trabalho (**ANEXO I**), em conformidade com as regras do PNMPPO e, também, com os normativos aplicáveis à atividade bancária, tais como, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei do Sigilo bancário, Lei de Combate à Lavagem de dinheiro os emitidos pelo CMN – Conselho Monetário Nacional;
- b) repassar os recursos financeiros aos **MICROEMPREENDEDORES** tomadores das operações de MPO;
- c) disponibilizar ao **PARCEIRO PRIVADO** materiais/manuais didáticos necessários à capacitação dos agentes de microcrédito;
- d) ressarcir ao **PARCEIRO PRIVADO** nos termos previstos no presente **TERMO DE PARCERIA** parte das despesas necessárias a implementação das atividades de prospecção, oferta, contratação, orientação e gerenciamento da inadimplência no âmbito do MPO;
- e) disponibilizar aos **MICROEMPREENDEDORES** tomadores de operações de MPO meio de pagamento eletrônico, na modalidade cartão pré-pago;
- f) prestar informações ao MTE ou a qualquer órgão por ele indicado, quando solicitadas;
- g) acompanhar o volume de operações contratadas e os índices de inadimplência, adotando medidas para recuperação dos créditos concedidos;
- h) manter controle da verificação de conformidade das operações contratadas pelo **PARCEIRO PRIVADO**, com vistas a assegurar que os procedimentos adotados pelo **PARCEIRO PRIVADO** para a concessão das operações de crédito estejam em consonância com as leis, os regulamentos do PNMPPO e as orientações do **PARCEIRO PÚBLICO**;
- i) fornecer periodicamente ao **PARCEIRO PRIVADO**, relatório contendo informações gerenciais sobre os resultados atingidos no âmbito desta parceria;
- j) preservar o sigilo e a confidencialidade das condições e informações recebidas em decorrência do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O **PARCEIRO PÚBLICO** efetuará o custeio de parte das despesas ao **PARCEIRO PRIVADO**, em contrapartida à execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, por valores diferenciados conforme faixas de desembolso aos **MICROEMPREENDEDORES**, consoante descrito na tabela a seguir:

Tabela de Custeio de Despesas

Linha de Crédito	Modalidade	Faixa	Desembolso em R\$	Custeio por contrato
Giro/Investimento PF e PJ	Contrato individual PF e PJ, com aval	A1	100,00 a 499,99	23,00
		A2	500,00 a 749,99	73,00
		A3	750,00 a 999,99	107,00
		A4	1.000,00 a 1.249,99	182,00
		A5	1.250,00 a 1.499,99	191,00
		A6	1.500,00 a 1.999,99	201,00
		A7	1.000,00 a 2.999,99	187,00
	Contrato solidário PF	Faixa	Desembolso em R\$	Custeio por participante do grupo
		B1	100,00 a 499,99	31,00
		B2	500,00 a 749,99	84,00
		B3	750,00 a 999,99	123,00
		B4	1.000,00 a 1.249,99	202,00
		B5	1.250,00 a 1.499,99	213,00
		B6	1.500,00 a 1.999,99	224,00
		B7	1.000,00 a 2.999,99	216,00

Parágrafo Primeiro - 60% (sessenta por cento) do valor de custeio para cada faixa de contratação descrita na tabela no caput desta cláusula, destinar-se-á ao ressarcimento das despesas do **PARCEIRO PRIVADO** com a contratação das operações de MPO.

Parágrafo Segundo - Em função do percentual de inadimplência das operações de MPO contratadas pelos **MICROEMPREENDEDORES** com o auxílio do **PARCEIRO PRIVADO**, será aplicado redutor de valor ao montante a ser repassado ao **PARCEIRO PRIVADO** para os fins previstos no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, conforme tabela à seguir:

Percentual do saldo inadimplido = ou > 60 dias em relação ao Saldo da Carteira total	Redutor
< = 3%	00%
>3% <= 4%	10%
>4%< =5%	20%
>5%	50%

Parágrafo Terceiro - 40% (quarenta por cento) do valor de custeio para cada faixa de contratação descrita na tabela no *caput* desta cláusula destinar-se-á ao ressarcimento das despesas do **PARCEIRO PRIVADO** com as visitas de orientação aos **MICROEMPREENDEDORES**, acompanhamento das operações contratadas e de sua adimplência.

Parágrafo Quarto - O custeio a que se refere esta cláusula será creditado ao **PARCEIRO PRIVADO** 10 dias úteis, após apresentação e aceite pelo **PARCEIRO**

PÚBLICO do Pedido de Ressarcimento de Despesas e que deverá conter as seguintes informações:

- I. nome e CNPJ do **PARCEIRO PRIVADO**;
- II. nome do responsável pelo **PARCEIRO PRIVADO**;
- III. período de referência do Pedido de Ressarcimento de Despesas;
- IV. total de contratos firmados no período de referência do Pedido de Ressarcimento de Despesas;
- V. dados dos clientes atendidos: nome, CPF/CNPJ;
- VI. dados individualizados dos contratos de microcrédito produtivo orientado, contendo: data, número e prazo do contrato, finalidade e valor do crédito; valor e quantidade de parcelas.
- VII. descrição detalhada das despesas suportadas pelo **PARCEIRO PRIVADO** para a realização do objeto do presente **TERMO DE PARCERIA**, no período de referência do Pedido de Ressarcimento de Despesas;
- VIII. documentos que comprovem a efetivação das despesas relacionadas no Pedido de Ressarcimento de Despesas.

Parágrafo Quinto - Constatando o **PARCEIRO PÚBLICO** qualquer divergência ou irregularidade no Pedido de Ressarcimento de Despesas apresentado, este será devolvido ao **PARCEIRO PRIVADO**, mediante comunicação prévia, contendo as informações correspondentes às irregularidades verificadas para as devidas correções.

Parágrafo Sexto - O **PARCEIRO PÚBLICO** efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

Parágrafo Sétimo - A contratação de novas operações de MPO pelos **MICROEMPREENDEDORES** assistidos pelo **PARCEIRO PRIVADO** poderá ser suspensa, caso o índice de inadimplência atinja o percentual 6% sobre o total das operações contratadas com o auxílio do **PARCEIRO PRIVADO**.

Parágrafo Oitavo - O **PARCEIRO PÚBLICO** poderá ainda, a qualquer tempo e mediante comunicação prévia, suspender a contratação de novas operações de MPO ao amparo do presente **TERMO DE PARCERIA**, caso verifique, por qualquer meio, que o prazo médio do total das operações e/ou o valor médio das operações contratadas pelo **PARCEIRO PRIVADO** supera o prazo médio estabelecido no Plano de Trabalho. A suspensão aqui prevista não afasta a obrigação dos **PARCEIROS** de continuarem observando as disposições deste **TERMO DE PARCERIA**, em relação às operações de MPO já contratadas.

Parágrafo Nono - O **PARCEIRO PÚBLICO** estimou a contratação de [...] operações de MPO para a abrangência definida no item [...] do Plano de Trabalho, durante o prazo de vigência do presente **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Décimo – Não obstante o contido nesta Cláusula, o valor total máximo que será desembolsado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, para os fins previstos no presente **TERMO DE PARCERIA**, não ultrapassará R\$[...].

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS À EXECUÇÃO DESTE TERMO DE PARCERIA

O **PARCEIRO PRIVADO** deverá entregar ao **PARCEIRO PÚBLICO**, prestação de contas instruída com os seguintes documentos, observados os prazos exigidos:

- I. relatório mensal sobre a execução do objeto do **TERMO DE PARCERIA**, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II. demonstrativo analítico mensal das receitas e despesas realizadas na execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, as categorias contábeis utilizadas e o detalhamento das remunerações e dos benefícios de pessoal pagos aos dirigentes e empregados com recursos oriundos do **TERMO DE PARCERIA**, bem como, se for o caso, com recursos oriundos do **PARCEIRO PRIVADO**;
- III. extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial da União, de acordo com o modelo constante do Anexo II, previsto no Art. 18, do Decreto nº 3.100/1999, no prazo máximo de sessenta dias após o término de cada exercício financeiro.

Parágrafo Único – Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes do demonstrativo de que trata o inciso II desta Cláusula, deverão ser arquivados na sede do **PARCEIRO PRIVADO** por, no mínimo, cinco anos.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONFORMIDADE DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS

O **PARCEIRO PRIVADO** deverá manter controle da verificação de conformidade das operações contratadas, com vistas a assegurar que os procedimentos adotados nos processos para concessão das operações de crédito estejam em consonância com as leis, os regulamentos do PNMPO e as orientações do **PARCEIRO PÚBLICO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do **TERMO DE PARCERIA** serão analisados por uma **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**, composta de comum acordo entre o **PARCEIRO PÚBLICO** e o **PARCEIRO PRIVADO**, que verificará, semestralmente, o desempenho global do projeto em relação aos benefícios direcionados para os **MICROEMPREENDEDORES**, de acordo com os critérios previstos no Plano de Trabalho (**ANEXO I**).

Parágrafo Único – A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO** emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Plano de Trabalho (**ANEXO I**), com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao **PARCEIRO PÚBLICO**, até 10 dias após o término de cada período avaliatório e após o término da vigência do **TERMO DE PARCERIA**.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A vigência deste **TERMO DE PARCERIA** será de 180 (cento e oitenta dias), a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado somente na forma do §1º, do Art. 13, do Decreto nº 3.100/1999, mediante Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO

O presente **TERMO DE PARCERIA** poderá ser resilido em comum acordo entre os **PARCEIROS** ou unilateralmente, independente das demais medidas cabíveis, previstas na legislação ou neste instrumento, nas seguintes situações:

- I. se houver descumprimento, ainda que parcial, das cláusulas deste **TERMO DE PARCERIA**;
- II. unilateralmente pelo **PARCEIRO PÚBLICO**:
 - a) se, durante a vigência deste **TERMO DE PARCERIA**, o **PARCEIRO PRIVADO** perder, por qualquer razão, a qualificação como OSCIP;
 - b) quando o **PARCEIRO PRIVADO** deixar de comprovar sua regularidade fiscal previdenciária e trabalhista;
 - c) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade financeira para cumprir com as obrigações assumidas neste instrumento;
 - d) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força deste **TERMO DE PARCERIA**.
 - e) qualquer outra situação que enseje má fé do **PARCEIRO PRIVADO** na execução do **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Único – As responsabilidades imputadas ao **PARCEIRO PRIVADO**, por eventuais prejuízos causados ao **PARCEIRO PÚBLICO** em decorrência de sua conduta, não cessam com o término da vigência deste **TERMO DE PARCERIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MODIFICAÇÃO

Este **TERMO DE PARCERIA** poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os **PARCEIROS**, mediante manifestação prévia, por escrito, por qualquer das partes e Termo Aditivo, respeitado o teor do Edital de Concurso de Projeto nº **001/2014**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de _____ para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando os **PARCEIROS** a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam os **PARCEIROS** o presente **TERMO DE PARCERIA** em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Cidade (UF), de de 2014.

PARCEIRO PÚBLICO: BANCO DO BRASIL S.A.

Nome
Cargo

Nome
Cargo

PARCEIRO PRIVADO: OSCIP xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Nome
Cargo

Nome
Cargo

TESTEMUNHAS:

NOME:
ENDEREÇO:
CPF:

NOME:
ENDEREÇO:
CPF: